

Reajuste para controlar dívida pública

Governo eleva meta de superávit primário para 3,88% do PIB, mas não altera índice de 2003

Ayr Aliski e Fernanda Paraguassu
de Brasília

A equipe econômica do governo decidiu estabelecer novo nível de superávit primário para 2002, de 3,88% do Produto Interno Bruto (PIB) com o objetivo de sinalizar que está disposto a manter sob controle a evolução da dívida mobiliária. O sinal vermelho acendeu no fechamento das contas relativas a julho, quando foi possível medir exatamente o impacto da forte desvalorização do real frente ao dólar no período, de 20,5%, sobre a dívida líquida do setor público, que saltou para R\$ 819,376 bilhões, ou 61,9% do PIB. Ao final de junho, a dívida líquida era de R\$ 750,258 bilhões, ou 57,9% do PIB.

Conforme informou executivo da equipe econômica, a relação entre a dívida aumentou muito, exigindo do governo demonstração da vontade de conter essa evolução por meio de elevação da meta de superávit primário (receitas menos despesas, sem considerar gastos com pagamento de juros). Pelo acordo anterior com o FMI, o governo mantinha decisão de obter superávit primário consolidado do setor público de R\$ 34,1 bilhões até setembro, objetivo que deve ser elevado para mais de R\$ 40 bilhões. No acumulado entre janeiro e julho, o superávit primário obtido já era de R\$ 32,882 bilhões.

O aumento da meta de superávit primário em relação ao PIB, porém, vale somente para o atual governo. Não será realizada alteração quanto ao índice já anunciado para 2003, de 3,75%, conforme já foi estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano, que já foi aprovada pelo Congresso. O governo se esforça em destacar que a elevação do superávit primário foi uma decisão interna, sem interferências de organismos estrangeiros, especialmente do FMI. De uma forma ou de outra, o índice revisado deverá constar no novo memorando de negociações do Brasil com o Fundo, que oficialmente deverá ser aprovado pela diretoria do FMI, no final desta semana.

O resultado primário acumulado em 12 meses vinha, sistematicamente, situando-se abaixo até mesmo da meta de 3,75% do PIB. Nos 12 meses encerrados em julho, o superávit primário alcançou 3,48%; e era de 3,41% do PIB ao final de junho e de 3,29% do PIB nos 12 meses encerrados em maio. Apesar de estar estabelecido maior ajuste fiscal, há expectativa de que o aumento do patamar do superávit primário não represente novos cortes de gastos. Isso porque devem permanecer bloqueados R\$ 4 bilhões, conforme já havia sido anunciado anteriormente, em medida adotada para cobrir eventual rombo de arrecadação caso não fosse aprovada pelo Congresso a continuidade de cobrança

de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ou seja, um corte já anunciado deverá ser utilizado para permitir ao governo cumprir o novo objetivo.

Se o maior ajuste fiscal já é certo, o mesmo não se aplica ao comportamento da dívida. Uma recuperação do câmbio terá efeito direto sobre o endividamento líquido, segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes. O cálculo que levou o total da dívida a 61,9% do PIB foi realizado com base no câmbio ao final de período, o que, em julho, representou cotação de R\$ 3,4285 por dólar. Caso fosse considerado o câmbio médio do mês, de R\$ 2,93 por dólar, a rela-

ção entre dívida e PIB ficaria no índice de 57,8% (considerando também a valorização do PIB, pela aplicação de correção pelo IGP-DI). Lopes afirmou que, com cotação de R\$ 3,12 por dólar, a relação entre dívida e PIB recuaria para o patamar de 59%.

O maior ajuste fiscal não é a única má notícia que envolve o futuro da economia. Em julho, o BC já admitia que a inflação ultrapassaria o teto da meta do ano, que era de 5,5% de variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Na semana passada, o BC admitiu que o fluxo de investimentos estrangeiros diretos, estimado em US\$ 18 bilhões para 2002, havia sido revisto para US\$ 16,5 bilhões.